



## Apresentação v. 3, n. 05, jan/jun. 2013

Renata Dumont Flecha<sup>1</sup>

Percurso Acadêmico inaugura, nesse número, uma nova etapa de sua trajetória com o Dossiê *Direito Biométrico, Neurociências e Psiquiatria: aspectos teóricos e práticos*. Serão aqui apresentados os trabalhos que foram expostos no *II Seminário Hispano Brasileiro de Direito Biomédico*, realizado de 22 a 24 de maio de 2012, na PUCMINAS e com o apoio da Ordem dos Advogados do Brasil de Minas Gerais, via a Escola Superior de Advocacia. Os textos, aqui publicados, têm como tema central a saúde mental e sua interseção com o Direito, sob olhares diversos.

O Editorial, assinado por Maria de Fátima Freire Sá, localiza a origem da produção desses textos em um evento que teve sua primeira versão em uma parceria entre profissionais brasileiros e espanhóis, que se encontraram pela primeira vez em 2010, e em uma segunda edição em 2012. Estes textos ora aqui expostos, segundo a autora, refletem a “diversidade de temas, influências teóricas e orientações metodológicas, sem perder de vista a pessoa humana”.

O primeiro artigo *Aspectos psicossociais relacionados ao uso de drogas na adolescência*, de autoria de Juliana Joni Parada, destaca a epidemiologia do uso de drogas pelos adolescentes brasileiros, discutindo as vulnerabilidades, os fatores protetores, as consequências do uso de substâncias nesta fase da vida, bem como a relação entre o uso de drogas, doenças psiquiátricas e criminalidade.

---

<sup>1</sup> Mestre em Psicologia Social (UFMG) Doutora em Educação (UFMG). Professora da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e do Centro Universitário Newton Paiva. Editora Gerente da Percurso Acadêmico. Contato: rflecha@uai.com.br

No artigo *Periculosidade criminal: conceitos, tratamento e consequências*, Leonardo Isaac Yarochevsky e Thalita da Silva Coelho apresentam a discussão sobre a periculosidade na esfera criminal que ganha relevância no contexto das medidas de segurança, aplicáveis aos indivíduos classificados como penalmente inimputáveis.

Em *Bases para la implementación de una metodología interdisciplinar en la investigación jurídica: la relevancia da la Psicología evolutiva y las neurociencias en la determinación de la capacidad (de obrar e culpabilidad)*, Sergio Romeo Malanda defende e discute a necessidade de uma leitura interdisciplinar entre o Direito, a Psicologia do Desenvolvimento e a Neuropsicologia, o que poderá possibilitar uma melhor eficácia nos resultados, tanto teóricos quanto práticos.

O artigo de Elena Atienza Macías, *Dopaje y enfermedad mental: más allá de la responsabilidad del deportista*, objetiva debater os efeitos que o uso de drogas podem ter sobre a saúde física e em especial mental de atletas.

Carlos María Romeo Casabona apresenta *Consideraciones jurídicas sobre los procedimientos experimentales de mejora (enhancement) en neurociências*. O texto descreve o uso de diversos produtos psicofarmacológicos em doenças neurodegenerativas o que demanda, ao Direito, novas decisões jurídicas no que diz respeito aos sujeitos experimentais.

No artigo *Direito à saúde e o fornecimento de medicamentos*, Ana Carolina Brochado Teixeira e Iara Antunes de Souza apresentam uma discussão que busca traçar a conexão entre corpo, autonomia e saúde, a fim de determinar que o Direito à Saúde é um conceito atinente à autonomia privada, isto é, cada um tem o dom de determinar sua concepção de saúde.

Fábio Lopes Rocha em seu artigo *Direito Biomédico, Neurociências – aspectos teóricos e práticos* desenvolve a discussão acerca do estigma que marca o doente mental tanto no âmbito social quanto no âmbito subjetivo.

Em *Direitos das pessoas portadoras de transtorno mental e do comportamento no Brasil: a necessidade de autoafirmação e reconhecimento*, os autores, Maria de Fátima Freire de Sá e Diogo Luna Moureira, propõem a análise do tratamento dispensando às pessoas que padecem de transtornos mentais e do comportamento, com o objetivo de compreender, não apenas sob a perspectiva médica, mas, sobretudo social e jurídica, o modo como os indivíduos lidam com tais transtornos.

Ricardo Chueca apresenta *El derecho a la integridad moral y figuras afines en ordenamientos constitucionales de Europa y Latinoamérica*. O texto traz a discussão sobre as garantias individuais estabelecidas nos diversos sistemas embasados nas declarações de Direitos Humanos, provocando a transformação do Direito à integridade pessoal.

No artigo *Internamientos forzosos, derechos humanos y protección de la salud mental. El equilibrio necesari em beneficio del paciente*, Pilar Nicolás Jiménez discute os internamentos forçados em casos de enfermidade mental, analisando os direitos aí implicados nessa situação.

Fechando esse Dossiê, Wilba Lúcia Maia Bernardes propõe no texto *O direito à saúde no Estado democrático de direito: interseção entre políticas públicas e efetivação dos direitos fundamentais* a análise do direito à saúde no Estado brasileiro, inicialmente examinando sua vinculação com relação à evolução dos direitos fundamentais, mediada pela atuação do Estado – juiz no Estado Democrático de Direito e sua correlação com os princípios da separação de poderes e da reserva do possível.

A todos, boa leitura!!